

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA (ÚNICA REUNIÃO) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no salão nobre do edifício sede da Junta de Freguesia de Caires, do concelho de Amares, realizou a Assembleia Municipal de Amares a **segunda Sessão Ordinária** do corrente ano, única reunião, a que presidiu o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa - **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária - **Maria Gracinda Viegas Ferreira Louro Faustino** e pela Segunda Secretária - **Sofia Amélia Araújo Pinto**, e em que participaram os excelentíssimos membros: **Grupo Municipal do Partido Socialista** – Francisco António Pereira Alves, Sofia Raquel Fernandes de Sousa, João Batista Veloso, Mário Mendes, Paula Filomena Ferreira da Silva, João Luís Pereira Teixeira, Valéria da Silva, João Carlos Taveira Ribeiro e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: de Dornelas – António de Araújo Paredes, de Bouro (Santa Maria) - Elisabete Barbosa da Cunha e da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros – Paulo Jorge Almeida Gomes; **Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro** – José Lopes Gonçalves Barbosa, João Luís Veloso Alves Esteves, António Jorge Ferreira Pinto, Manuel Moreira Bastos, José Maria Fernandes da Silva e pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos – José Manuel Fernandes Almeida, de Fiscal - Augusto Fernandes Rodrigues Macedo, de Goães - Adelino José Peixoto de Sousa, de Lago – Arlindo Gomes Lopes (Representante legal), de Rendufe – Domingos de Almeida Alves e União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas – Rui Manuel Maia Tomada; **Grupo Municipal do Partido Social Democrata** - Elisabete Maria Martins de Macedo, Martinho Gonçalves Antunes Braga e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Amares e Figueiredo – João da Silva Martins (Representante legal), de Bouro (Stª Marta) – Carlos Manuel Vilela Pereira Portela e de Carrazedo – João Manuel Vieira Soares; **Grupo Municipal do CDS-PP**: Rafael Jesus Santos Pereira (em regime de substituição), Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro e o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barreiros – Silvério de Jesus Barroso da Silva; **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária**: Amândio Jorge da Cunha Antunes; **Presidentes de Juntas de Freguesia – Mandatos Independentes**: da Freguesia de Bico - Fernando Daniel Fernandes Soares, Freguesia de Caires - Pedro António Rodrigues da Silva e da União das Freguesias de Torre e Portela – António Emanuel Afonso Ribeiro. -----

O sr. presidente da Mesa da Assembleia, comunicou as substituições feitas, nos termos do disposto no artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 janeiro, 67/2007, de 31 de dezembro, pelos seguintes membros: **João Maria Gonçalves Pereira de Oliveira**, integrado no Grupo Municipal do CDS/PP, no período entre vinte e dois de abril e vinte e dois de maio de dois mil e quinze, pelo eleito imediatamente a seguir na respetiva lista, **Rafael Jesus Santos Pereira**, que fora devidamente convocado. Tendo-lhe sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou o mesmo a participar. Seguidamente, o sr. presidente da Mesa da

Assembleia, comunicou que os srs. presidentes das Juntas de Freguesia: de Lago - **Delfim Manuel Silva Rodrigues**, integrado no Grupo Municipal do Movimento Independente Amares Primeiro (MIAP) e da União de Freguesias de Amares e Figueiredo, comunicaram, por escrito, nos termos do disposto na al. c), do artº 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as suas substituições, durante o dia vinte e quatro de dois mil e quinze, pelos seus representantes legais por si designados: **Arlindo Gomes Lopes** – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Lago e **João da Silva Martins** – Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Amares e Figueiredo, respetivamente, que se encontravam presentes na sala. Tendo-lhes sido verificadas as suas identidades e legitimidades, passaram os mesmos a participar. -----

AUSÊNCIAS: Verificado o mapa de presenças e feita a chamada não foram registadas quaisquer ausências. -----

PRESEÇAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO:- Estiveram presentes os excelentíssimos Presidente da Câmara Municipal senhor Manuel da Rocha Moreira, os senhores Vereadores: Júlia Ribeiro da Silva (em regime de substituição), Isidro Gomes de Araújo, Jorge José Tinoco Ferreira, Cidália Maria Alves de Abreu e Maria Filomena da Silva Araújo. **AUSÊNCIA:-** sr. Vereador **Sandro Miguel de Macedo Peixoto**, por motivos de licença de parental, tendo-lhe sido justificada a falta. -----

Secretariaram a reunião o Técnico Superior - Rui Agostinho Gonçalves Veloso e a Coordenadora Técnica - Augusta Luísa Pinheiro Fernandes da Silva, que haviam sido designados para o efeito. --

A Ordem do Dia para esta sessão era a seguinte: -----

PONTO 1 – RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO MINHO, TENDO EM CONTA A SUA TRANSFORMAÇÃO AUTOMÁTICA, POR FORÇA DO ARTIGO 38.º, N.º 4, DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO, EM ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/09); -----

PONTO 2 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO 2014 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/30); -----

PONTO 3 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL – ANO 2015 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/30); -----

PONTO 4 – PARA CONHECIMENTO - PARECER N.º 1768975 EMITIDO PELA CCDR-N SOBRE O PROC. 2014.12.09.4953 - REPOSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO – DIRIGENTE; -----

PONTO 5 – PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO QUE ESTUDE E DESENVOLVA UM PROJETO PARA A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO CONCELHO DE AMARES - MIAP; -----

PONTO 6 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO NEGOCIADOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIAS DE BOURO ST^a. MARIA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALDELAS, SEQUEIROS E PARANHOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

PONTO 7 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO NÍVEL DA HABITAÇÃO E ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13); -----

PONTO 8 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO E DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13); -----

PONTO 9 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVATIVO MUNICIPAL DAS PARCELAS DE TERRENO ONDE SE ENCONTRAM EDIFICADAS A SEDE DA ATUAL UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO, EM FIGUEIREDO, E DA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE FIGUEIREDO (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13); -----

PONTO 10 – INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE (CFR. AL. B), DO ARTº 4.º, DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE). -----

Às vinte e uma horas e trinta minutos, verificando-se que estava reunido quórum e em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 13.º do Regimento desta Assembleia, o senhor presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. -----

----- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:**- Tendo o texto da ata indicada em epigrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Assembleia Municipal, foi dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no artº 57.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. E, não havendo retificações a fazer, o sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da 1.ª Sessão Ordinária de 2015, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ANÁLISE À ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES** (al. c), do n.º 2, do artº 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**- Começou por agradecer à Junta de Freguesia de Caires na pessoa do Sr Presidente de Junta, felicitando-o pela forma como receberam Assembleia Municipal e esta iniciativa. Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se a informação requerida pelo Grupo Municipal da CDU já havia sido entregue. Reportando-se ao Ponto quatro da Ordem do Dia e considerando a necessária contextualização do que se passou para que pudessem ter toda a documentação que lhes permitisse analisar e fazerem os juízos que entenderem sobre o assunto, transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Tendo em consideração as minhas competências quero fazer um esclarecimento ao plenário sobre o ponto 4 da ordem do dia. Os documentos que suportam esse ponto foram disponibilizadas, a esta Assembleia, após requerimento, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, dirigido ao seu Presidente da Câmara, com vista a cumprir as competências consagradas no Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alínea i), ponto 1 do artigo 29.º. O requerimento foi necessário depois de um processo normal, como uso e costume nesta casa, de pedido de documentos para juntar a este ponto e a sua recusa. Esta Assembleia obteve a seguinte resposta depois de alguma insistência e tardiamente, não permitindo ser objeto de análise e discussão na reunião de representantes dos Grupos Municipais. *“Acusando a receção dos e-mails infra, cumpre-me antecipadamente referir que parte da documentação requerida, fazendo parte integrante do processo individual de um trabalhador, sempre nos deverá merecer o maior cuidado na preservação da confidencialidade de tais processos. Acresce, ainda, que se encontrava agendada na ordem do dia da reunião do Executivo Municipal a discussão da matéria em causa, razão pela qual não foi de imediato dada resposta ao primeiro e-mail. Mais informo, que nunca me foi dado conhecimento que as “informações internas anteriormente emitidas” tenham sido disponibilizadas no âmbito das reuniões de Câmara do Executivo Municipal, o qual, aliás, deliberou no passado dia 13 do corrente mês sobre o destino a seguir o procedimento em apreço. De todo o modo, não está no âmbito das minhas competências decidir a disponibilização de tal informação. Sendo assim, entendo, salvo melhor opinião, que deve a Mesa da Assembleia Municipal solicitá-la à Câmara Municipal de Amares.”* (resposta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal de Amares). Para além de a resposta não ter qualquer suporte legal, a acompanhar a sua argumentação, esta contém vários equívocos sobre as competências desta casa e o Órgão Executivo que interessa esclarecer para futuro relacionamento: 1- As competências de fiscalização da Assembleia Municipal não dependem de decisões do Órgão Executivo nem do seu alinhamento sobre qualquer tipo de assunto. 2- Quando é dito que *“nunca me foi dado conhecimento que as “informações internas anteriormente emitidas” tenham sido disponibilizadas no âmbito das reuniões de Câmara do Executivo Municipal”* (resposta) pressupõe que a Assembleia só poderá ter acesso a documentos previamente disponibilizados ao executivo camarário, o que não é correto e interessa esclarecer. Além disso, torna-se necessário esclarecer, se a exigência do requerimento e os considerandos emitidos na resposta são também

os do Sr. Presidente da Câmara. Já que não foi enviada, a esta Assembleia, nenhuma resposta ao requerimento para a autorização da disponibilização da informação, apesar da sua efetiva disponibilização. Importa frisar que sempre existiu um relacionado de cooperação entre os dois órgãos, que da minha parte vai continuar, mas será sempre no interesse maior desta Assembleia Municipal e, por consequência, dos Amarenses.” -----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA:-** Referiu que Amares fora recentemente palco de várias iniciativas que se distribuíram por diferentes domínios desde a área social, passando pela cultura e envolvendo o desporto. Esta arrancada de iniciativas demonstra o enorme potencial e capacidade de organização que existe em Amares. Eventos como o “Raid Amares TT” e o “Ultra Trail” mobilizam centenas de pessoas ao nosso Concelho, contribuindo para o desenvolvimento da atividade económica e promoção da nossa oferta turística. É da responsabilidade de todos nós e em particular do Executivo contribuir para reforçar a capacidade de desenvolvimento do nosso Concelho, oferecendo às entidades promotoras participantes e visitantes todas as condições para que Amares seja reconhecida pela sua oferta de excelência. E realizando-se esta sessão da Assembleia Municipal em Caires, no sopé do Monte de S. Pedro Fins, creê ser importante chamar a atenção do Executivo para a necessidade de assumir o compromisso de ainda neste mandato resolver o problema dos acessos ao mencionado monte. Eliminar barreiras que sejam impeditivas ao desenvolvimento da iniciativa privada é considerado como sendo os mínimos olímpicos e, por isso, obrigatório. Destacou também o trabalho de excelência que está a ser desenvolvido pela “Associação Amigos do Mosteiro de Santo André de Rendufe”. No passado fim-de-semana, dia mundial dos monumentos e sítios, promoveram mais uma iniciativa com o lançamento do livro “O processo de extinção e venda do Mosteiro de Santo André de Rendufe”. Este livro irá contribuir para um maior conhecimento sobre a história daquele monumento e ao mesmo tempo mobilizar a sociedade para a importância de cuidar o património. É necessário que o Poder Local assuma uma posição enérgica na defesa deste desígnio e, por isso, contribuindo também com a sua responsabilidade enquanto membro desta Assembleia. Questionou se o Executivo tem acompanhado este assunto junto da Direção Regional de Cultura do Norte e se sabe quais são as ações ou projetos previstos para assegurar a necessidade mais emergente que se relaciona com a proteção da estrutura daquele património. Felicitou ainda a Mesa da Assembleia Municipal pela iniciativa de descentralizar a realização das Assembleias Municipais, pois esta é uma forma de promover espaços como é o caso deste auditório. Na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caires e em nome do PSD agradeceu a disponibilidade e a forma empática como os têm recebido nesta Freguesia. -----

----- **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS):-** Começou por agradecer este feito da Mesa da Assembleia Municipal pela opção da descentralização da realização das sessões. Agradeceu ao Executivo de Caires e à sua população por recebe-los neste espaço tão agradável que é o da Junta de Freguesia de Caires. Reportando-se à questão que envolve a empresa Bracicla e a população, recorda que é uma situação obviamente desagradável para o Concelho. Não será com certeza menos desagradável para o Município. Estando solidário quer com os interesses de

quem lá reside e de quem quer investir em Amares, entende ser necessário haver harmonia e que o território de Amares seja agradável para quem quer vir para o Concelho. Porém, também é preciso criar condições para que quem venha investir em Amares não tenha que passar por este tipo de situações. Portanto, mais do que procurar aqui responsabilidades pensa que é urgente encontrar soluções. A sua intervenção prende-se com isso mesmo, é tentar perceber como é que a Câmara está a gerir este processo e se, eventualmente, terá já alguma solução planeada para procurar trazer e volver alguma estabilidade a todo este processo e à população que lá reside. ---

----- **JOSÉ LOPES GONÇALVES BARBOSA (MIAP):**- Procurando desfazer dúvidas acerca do Mercado Municipal de Amares, recordou que o Sr. Presidente da Câmara, numa reunião de vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze, terá informado já ser possuidor das chaves daquele equipamento, embora não sabendo se a empresa promotora terá feito o registo daquele equipamento a favor do Município. Após essa data outras informações surgiram, inclusive do anúncio da abertura do Mercado Municipal, Regulamentos aprovados, hastas públicas e licitações. Perguntou se o Mercado Municipal já é propriedade do Município e para quando o seu funcionamento. Num passado mais recente, souberam que o Sr. Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal constataram que a empresa promotora não terá cumprido o Caderno de Encargos. Gostaria, assim, de saber se a Câmara Municipal já notificou a empresa no sentido de que o cumpra. Saúdam Algumas iniciativas que a Câmara Municipal tem desencadeado, nomeadamente as que têm a ver com a promoção do vinho verde, da laranja e do vinho verde, um processo em curso que nos fala sobre a levedura do vinho verde Loureiro de Amares. Tal como fora dito em determinado momento, perguntou se este trabalho é da responsabilidade da Universidade do Minho ou se é de alguma empresa em que participam professores da Universidade do Minho? Em relação à Praça do Comércio, recordou que também foi noticiado uma intenção do Município de promover uma intervenção nessa mesma Praça e que, em determinado momento, fora dito pelo Sr. Presidente da Câmara que, aproveitando a lei da mobilidade que não percebe muito bem, estava em curso a preparação uma candidatura para a requalificação da Praça do Comércio. Nesse sentido, gostaria de saber em que ponto está a situação? Sobre o novo Quadro Comunitário, que começa agora a dar os seus primeiros passos, gostava de saber se a Câmara Municipal de Amares já tem um caminho definido, isto é, uma orientação em relação àquilo que será a execução do próximo Quadro Comunitário? Se neste momento há efetivamente uma estratégia para o concelho de Amares? Quais serão as áreas em que poderá vir atuar a Câmara Municipal, beneficiando dos Fundos Estruturais para este próximo mandato em curso? Crê que em dois mil e dezanove haverá uma revisão do Quadro Comunitário, portando está previsto assim. Mas é de todo necessário pensarem que começam a surgir oportunidades para que a Câmara Municipal de Amares também possa apresentar candidaturas e, naturalmente, desenvolver o Concelho. Porém, não sabem até este momento, pelo menos não indício nesse sentido, de que no seio da organização Câmara Municipal se esteja a trabalhar nesse sentido. Apesar de não haver indício, é natural que se esteja a trabalhar. Nesse sentido e se for possível, solicitou que lhes fosse dito alguma coisa acerca daquilo

que será o caminho que vão seguir nesse domínio. No que diz respeito a estratégia, tal como constou dos cadernos eleitorais, que, naturalmente, deverão ser perseguidas ou prosseguidas por quem efetivamente neste momento tem a responsabilidade de governar o concelho de Amares, gostaria de saber quais as medidas que neste momento estão a ser tomadas ou que pensa a Câmara Municipal tomar relativamente àquilo que foi enunciado, por exemplo no que diz respeito ao turismo, ao emprego, à fixação de empresas e à fixação dos jovens? Que medidas estão a ser tomadas ou que medidas podem vir a ser tomadas nesse sentido? Seguidamente, disse que gostaria de chamar atenção para um assunto que considera ainda importantíssimo para o Município. No decurso do último mandato e sobretudo, cumpriu-se um investimento que considera relevante para o concelho de Amares relativamente ao setor da Educação. Tiveram ainda a oportunidade de apresentar uma candidatura para beneficiar a EB2,3 de Amares a qual, enfim, não mereceu acolhimento por falta de financiamento. Crê que a Câmara Municipal agarrou esse projeto e está a trabalhar nele e, naturalmente, pensa candidatá-lo numa próxima oportunidade. Não sabe se esse mesmo projeto mereceu alguma reapreciação ou eventual ajustamento por parte da Câmara Municipal. Se mantém o projeto conforme estava? Se trabalhou sobre ele? Se neste momento quantificou? Se tem contactos com a Direção Regional da Educação relativamente a esta pretensão, que acha que deve ser defendida pelo Município de investir naquele espaço? Relativamente à Escola Secundária e tendo em conta que se tratava de um investimento anunciado pelo Governo, se há neste momento algum indício de que essa beneficiação da Escola Secundária possa ser uma realidade nos próximos tempos? É sabido de que no atual Quadro Comunitário, sem prejuízo de operações de *Overbooking* que possam ainda acontecer, define como prioritário o investimento nas empresas e na criação de emprego. Se no passado do Quadro Comunitário 75% estava direcionado para o investimento público, neste momento dá-se a inversão. Assim, apenas 25% do Portugal 2020 está direcionado para o investimento público e 75% para o setor empresarial. Portanto, haverá necessidade clarificar o caminho a seguir, até para que, na oportunidade da apresentação de um próximo Plano de Atividades e Orçamento a Câmara Municipal, estejam reunidas as condições para apresentar um Plano de Investimentos que conduza ao desenvolvimento do Concelho. -----

----- **RAFAEL JESUS SANTOS PEREIRA (CDS-PP):-** Reportando-se à realização da prova “Amares TT” aprovada pela Câmara Municipal e tendo em conta os manifestos de alguns moradores das Freguesias mais a norte do Concelho aqui presentes, agradeceu que fosse justificado o mau estado em que ficaram os caminhos por onde essa prova passou. Recordou que a prova passou pelas Freguesias de Vilela e Paredes Secas, tendo impedido os moradores de aceder às suas propriedades durante horas. Não lhes foi pedida autorização para passarem nas suas propriedades. Recordam que os caminhos de consortes são propriedades privadas. Segundo sabe a Junta de Freguesia não aprovou a passagem desta prova por lá, o que deveria ter sido feito. Segundo o parecer emitido pelo Comandante Territorial da GNR esta prova deveria passar a baixa velocidade entre Amares e as Freguesias e tal não aconteceu. Não poderiam passar em cursos de água e tal também não aconteceu. Enquanto alguns procuram preservar a Estrada da

Geira esta prova deixou-a num estado péssimo, havendo ainda garrafas de água espalhadas por todo o lado. Assim, pedem esclarecimentos acerca desta prova que foi autorizada pela Câmara Municipal. -----

----- **VALÉRIA DA SILVA (PS):**- Referiu que no passado mês de março ocorreu a Feira do Livro de Amares 2015, Sétima Mostra Pedagógica de Amares, que se realizou com articulação entre o Agrupamento de Escolas de Amares e a Câmara Municipal. Este evento cultural do nosso Concelho foi extremamente positivo e enriquecedor para todos. Durante toda uma semana viveu-se de cultura na Galeria de Artes e Ofícios com um programa que incluiu artes plásticas, exposições, teatro, momentos musicais e encontros com escritores entre outras iniciativas, que envolveram todos os alunos do Concelho e ainda público de várias idades. Foram ainda premiados jovens escritores do Concelho com vista à promoção e valorização da escrita e da leitura dos amarenses. O Grupo Municipal do PSD congratula-se com o sucesso desta iniciativa deixando as suas felicitações a todos os participantes, em especial para a Direção do Agrupamento de Escolas, docentes de Português do Agrupamento, professores bibliotecários, pessoal da Biblioteca Municipal, Câmara Municipal, na pessoa do Vereador da Cultura Dr. Jorge Tinoco, e, por fim, a todos os alunos participantes. Para além disso, o Grupo Municipal do PS felicita ainda a equipa ESA ROBOTS do Agrupamento de Escolas de Amares, que participou no Campeonato Nacional de Robótica 2015, na categoria de Dança Robótica Júnior B, que decorreu entre oito e doze de abril, na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, em Vila Real. Este evento contou com a participação de cerca de quinhentos participantes de várias escolas e universidades de todo o país, bem como participações internacionais distribuídos por várias categorias e competições, sagrando-se a ESA ROBOTS campeã nacional. Esta equipa tem nos últimos anos dignificado o nome de Amares somando sucessivas vitórias, merecendo todo o apoio e incentivo para que continue o excelente trabalho que tem vindo a desenvolver. Segue-se a transcrição na íntegra do texto que serviu de base à continuidade da sua intervenção: “«Um olhar sobre Amares» assim se chama o vídeo promocional, traduzido em língua gestual, sobre Amares que tem por objetivo divulgar os recantos e encantos da nossa terra. O trabalho, uma produção conseguida por duas alunas do Curso Profissional Técnico de Turismo da Escola Secundária de Amares, foi apresentado, no dia 22 de abril, no Salão Nobre da Câmara Municipal juntamente com um folheto informativo em escrita braille. À Escola Secundária de Amares, aos professores e alunos envolvidos no trabalho desenvolvido, apresentamos os nossos parabéns, desejando que continuem a interessar-se por Amares, pelas suas especificidades patrimoniais, naturais e construídas, e pelas suas gentes.” Esta intervenção é feita no sentido de felicitar, encorajar, mas também valorizar estas iniciativas e atividades, pois para além de enriquecerem o nosso Concelho em variadas vertentes, fazem com que os jovens amarenses sejam mais interventivos e mais empreendedores e sobretudo, mais capazes de enfrentar desafios futuros. -----

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU):**- Endereçou uma merecida palavra de louvor aos Srs. Hélder Rodrigues, Marcelo Azevedo, Diogo Pereira, Carlos da Silva, Luís Costa, Ricardo Monteiro e André Sousa, Estudantes do Curso Profissional Técnico de Gestão e

Equipamentos Informáticos e do Curso Profissional de Eletrónica e Telecomunicações das turmas do Agrupamento de Escolas de Amares e respetivos professores Luís Bernardino e Fernando Costa, pelo sucesso alcançado no Festival Nacional de Robótica de dois mil e quinze. A equipa ESA ROBOTS sagrou-se campeã nacional na categoria de dança Robótica Júnior B. Pelo referido estão desde já investidos em enorme expectativa no sentido de ficarem a conhecer o desfecho da RoboCup 2015, certame que irá ter lugar na China e, no qual, participarão os enormes vencedores amarenses. A juntar às palavras de congratulação deixou os desejos de mais um elevado êxito. Seguidamente, salientou que o país não está bem. Portugal está submerso numa recessão económica sem precedentes, à dívida insustentável e que não pára de crescer. Mais de seiscentos mil portugueses foram lançados na pobreza. Só nos últimos três anos mais de um milhão e trezentos mil portugueses estão desempregados, dos quais setecentos e setenta mil estão neste momento sem qualquer apoio social. Assiste-se à desvalorização continuada de salários e reformas e, de entre outras desgraças, continua patente a negação do direito à saúde com a progressiva degradação dos cuidados de saúde. A cada dia que passa agravam-se as dificuldades e os problemas, o empobrecimento do povo, o ataque às funções sociais do Estado. Os benefícios ao grande capital subsistem, a par dos ataques graves à saúde, na educação, na segurança social, na justiça e na situação laboral, com as privatizações e com a produção nacional e o investimento em queda livre e no Orçamento de Estado. Com a sujeição do euro aos grandes interesses uns dirão que estes problemas não nos dizem respeito, outros dirão que não passam de meras lamentações. Salientou que nem estes nem os anteriores têm razão. Consideram que é fundamento lamentável que este Governo, que já vai com quatro anos de responsabilidades e munidos de ferramentas que é o pacto de agressão, continue o seu rumo depredatório sobre os mesmos de sempre, os trabalhadores, o povo e o agravo declínio nacional. Que os amarenses não se permitam iludir com as palavras doces que acham que isto não nos diz respeito. Os amarenses fazem parte deste país em declínio e deste país desgraçado. E vivem os mesmos problemas radicados nesta política de direita. Seria uma irresponsabilidade da CDU não abordar neste momento, mais uma vez, este quadro miserável consequente da dramática de política de trinta e nove anos inimiga dos portugueses. Deste modo e direcionando a atenção para os reflexos, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre alguns assuntos, sendo: em que situação se encontra todo o imbróglio em torno da abertura do Mercado Municipal? Pela parte da CDU e usando das suas palavras, as coisas que nascem tortas que rapidamente se endireitem. Reportando-se à situação desagradável criada e que se tem passado na zona dos moradores de S. Veríssimo, vizinhos da empresa Bracicla, gostariam que o Sr. Presidente os esclarecesse em viva voz como pensa resolver e concretizar os compromissos que verbalizou juntos das pessoas que lá residem? Consideram que, neste caso concreto, o Sr. Presidente num conjunto de promessas de difícil execução encontre a resolução prioritária. No concerne aos problemas da Escola Secundária de Amares, não obstante o requerimento enviado pela Deputada da CDU à Assembleia da República e contendo várias perguntas dirigidas ao Ministro da Educação, gostariam de ouvir a sua opinião sobre este assunto e também ficar a conhecer as diligências que têm sido desenvolvidas por parte

da edibilidade. Considerando que as coisas não estão desligadas umas das outras e no interesse da CDU, referiu que a ação recai sobretudo sobre os problemas da nossa terra e da nossa região. Para isso e para serem eficazes não podem colocar de lado este rompimento de trinta e nove anos de política de direita. Assim, entende ser urgente demitir este Governo, abrir um caminho para uma política de alternativa, patriótica e de esquerda e um Portugal com futuro. Fazer valer os valores de Abril e do futuro de Portugal. -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES (PS)**:- Disse que haviam sido acolhidos como Caires sabe e sempre soube receber. Diz isto com conhecimento de causa, pois a sua vida faz parte desta Freguesia. Sente-se bem quando se encontra entre aqueles filhos, pais até de alunos seus e também de pessoas com quem teve a grande oportunidade e privilégio de viver a sua adolescência e a sua juventude. Agradeceu à Assembleia e Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. Pedro Silva, por esta receção que lhes fizeram. Seguidamente, transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Congratulamo-nos com o facto de o Executivo Municipal de Amares ter promovido o lançamento da obra monográfica *PARA A HISTÓRIA DE AMARES*, incluindo vários investigadores de renome nacional, coordenada pelos Professores José Viriato Capela e Agostinho Domingues, que terá lugar, amanhã, dia 25 de Abril, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amares, uma das atividades integradas nas Comemorações do 41.º Aniversário do 25 de Abril. Está de parabéns, por isso, a cultura no nosso Concelho. Esperamos, com este trabalho, que se contribua para a preservação da memória do nosso Povo, para que os nossos netos sejam capazes de manter, preservar e transmitir as raízes culturais e a herança social que trazemos até eles e lhes legamos, mantendo viva a nossa identidade cultural. Felicitamos, com todo o gosto e deferência, o brilhantismo do amarense Paulo Carvalho ao tornar-se, recentemente, vencedor da Taça de Portugal de *kickboxing* na categoria de “*low kick*”, também designado por como *Full Contact*. A prova decorreu em Mirandela, sendo a Taça de Portugal um troféu coletivo, por equipas, mas o vencedor individual de cada categoria, como foi o Rendufense Paulo Carvalho, fica com o título da Taça. Em nome do desporto concelhio, parabéns a este jovem que nos habituou já a muitas alegrias nesta modalidade desportiva. Este será, com certeza, um nome a propor à próxima edição de “O Minhoto”, pelo menos enquanto entidade individual que tem levado longe consigo a modalidade desportiva em si mesma e, com ela, o nome de Amares. Congratulamo-nos com a Associação Tributo Trilhos / Amares TT que reuniu, no seu 3º Raid Amares TT, cerca de quatrocentos participantes nacionais e internacionais. Eventos como estes, animam e dão nome à nossa Terra, pelo que estão de Parabéns a Organização do 3º Raid Amares TT, a Câmara de Amares, através do Pelouro da Cultura e do Desporto e a Junta de Freguesia de Ferreiros, Prozelo e Besteiros. O monte de S. Pedro não é já um assunto e um centro de interesses circunscritos apenas a esta nossa Freguesia de Caires que, hoje, tão hospitaleiramente, nos está a receber. O monte de S. Pedro é uma dádiva inestimável para Caires, para o concelho de Amares, para o nosso distrito e para o universo das gentes que nos visitam. É que, naquele lugar sobranceiro às freguesias de Caires e de Caldelas não faltam a pureza dos ares que respiramos, o sol que nos bronzeia, a suavidade relaxante da paisagem de lá do alto, se

vislumbra, a história de uma fé estampada na rusticidade granítica da capelinha de S. Pedro, as nascentes de água pura e refrescante, a riqueza da fauna por ali à solta e a flora tão diversa para as mais eficazes mezinhas do receituário popular, as escarpas e os lajedos convidativos ao desporto e à aventura, as possibilidades do desporto, em diferentes modalidades, tais como o parapente, atividade dinamizada pela associação AbouaAboua, o Rapel, a escalada, o triatlo, o treino de tiro, Jogos de Paintball, os passeios a cavalo, os trilhos e os percursos pedonais, as caminhadas pela natureza, a usufruição do sol, do ar da montanha, das paisagens cercanas, a construção de parques de merendas, em locais onde quase sempre nos apetece parar para ver as deslumbrantes vistas que, de um lado e de outro, se podem desfrutar. Enfim, tantos e tão apreciados motivos de lazer que, noutra localidade, noutro país, logo seriam aproveitados para a implementação e o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos espaços de diversão e descanso, do desporto, da cultura e da economia local. Por todos estes motivos e outros que se lhes podem acrescentar, o Monte de São Pedro Fins, sem dúvida um local privilegiado do nosso concelho, reclama, com justeza, acessos compatíveis com as aspirações de todos nós que nos interessamos pelo desenvolvimento e valorização de tão valioso património natural e não só. E esta deixa, “*não só*” leva-me a dizer que, pelo monte fora existem vestígios castrejos, de culturas pré-romanas. Fala-se no castro de Grovos, Caires, Amares (F. Calo Lourido 1994, 270-80), fala-se na Biscaia, encontram-se, pelo monte acima, vestígios que provam o seu povoamento. Convidar alunos da Universidade do Minho, do curso de História e Arqueologia e apoiá-los a fazer as suas teses de mestrado, incidindo na sua base de investigação os dados e mostras arqueológicas do Monte de S. Pedro Fins, seria uma excelente oportunidade para se desvendar os mistérios e as vidas de nossos antepassados, aqui tão perto. Esta constituiria uma mais-valia a ter em conta no futuro da nossa oferta cultural. A Câmara e todos nós, acredito, estamos empenhados em que o acesso ao Monte de S. Pedro passe da tão prolongada fase de promessas à realidade. Ponha, Senhor Presidente, termo a esta longa espera. Se querer é poder, delineiem-se as estratégias e avancemos que o progresso de Amares depende em muito deste investimento que, será, não tenho quaisquer dúvidas, catalisador de muitos outros. Aproveite-se, por isso, o novo Quadro 2014-2020 de fundos comunitários. Não se perca tempo na realização dos necessários projetos, tendo em conta o conhecimento e a experiência da Juntas de Freguesia integradas na área geográfica do Monte de S. Pedro, oiça-se a população, a Associação dos Amigos do Monte de S. Pedro, instituição a oficializar que dará o seu valioso contributo e tudo se faça para que o tempo não adultere a nossa vontade de querermos sempre o melhor para a nossa terra. Que esta Assembleia, hoje e aqui, signifique a afirmação, o compromisso e o arranque daquilo que a todos nos une: tornar dignamente acessível o Monte de S. Pedro Fins.” -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Respondendo ao Sr. Presidente da Assembleia, referiu que não concorda muito com algumas intervenções que fez. Se de facto fez um requerimento a um funcionário não tem conhecimento da resposta, pois apenas ficara a conhecer a da sua lavra. Ao requerimento que lhe fez foi dada resposta e entregues os documentos solicitados. Pensa que tem sido sempre correto com o Sr. Presidente da Assembleia

Municipal e recorda que poderia ter-lhe telefonado. Pensa que o problema está ultrapassado e pode dispor sempre, pois estão aqui para trabalhar em sintonia e o que querem é o melhor para o Concelho. No que diz respeito aos acessos ao Monte de S. Pedro Fins, informou que estão a trabalhar e é o objetivo de candidatura. Porém, sabem que é difícil, porque, como é sabido, este Quadro Comunitário não está muito virado para aí. Têm que justificar através de alguns requisitos como a parte ambiental, o parapente, sempre com um fim turístico e isto estão a fazê-lo. Têm uma equipa multidisciplinar que está a trabalhar na área de candidaturas e isso é um objetivo. Já começaram com o Sr. Presidente da Junta da união de Freguesias de Caldelas, Paranhos e Sequeiros, estando já em curso a intervenção da parte do Stº Ovídio até à Estrada que vai para Paranhos e vão passo a passo trabalhando dando resposta, porque pensam que, de facto, é fundamental para o crescimento turístico no Concelho. Esse é o objetivo e vão lutar por ele com certeza. Em relação ao Mosteiro de Stº André têm trabalhado e têm tido contactos com o Sr. Diretor Regional que tem muita vontade de requalificar aquele imóvel. Entretanto, recorda a dificuldade, pois é um grande investimento. Têm tido reuniões com a Universidade do Minho com o fim de lhe dar um fim, um objetivo. Salientou que não chega só requalificar, mas, sim, dar-lhe um fim e um objeto àquele edifício. Estão a trabalhar, embora ainda não haja respostas claras e concretas. Está mais ou menos assente que o rés-do-chão se destine a prova de vinhos. Porém e logo que haja mais desenvolvimento, dará conhecimento ao Executivo e à Assembleia Municipal. Sobre o problema em torno da Bracicla e estando presentes moradores, recorda que é um problema sobre o qual têm trabalhado. Informou que já teve a oportunidade de reunir com o proprietário da empresa e com os moradores, e chegaram a um acordo, sobretudo, sobre o funcionamento da fábrica. Porém, têm de facto de trabalhar no sentido de abrir a Rua para o Monte de Rabadas. Estão a fazê-lo com os proprietários. Não é fácil, pois são sete proprietários e um deles já tem um projeto agrícola que tem de ser alterado por causa de uma faixa de terreno. Esse é o caminho e a única solução para aquele caso. É muito urgente, pois, de facto, as pessoas que lá habitam vivem massacradas com a passagem dos camiões todos os dias. Sobre o Mercado Municipal, referiu que depois de muitos avanços e recuos está previsto abrir no próximo dia treze de maio. O Executivo tentou a sua abertura diária, mas nesta fase não parece ser fácil, porque os feirantes não querem ir para lá. Particularizou que feirantes que vendem peixe vêm na quarta-feira e de pois vendem porta a porta. Os da fruta igual. Assim, chegaram a acordo abrir às quartas-feiras nesta fase, indo para o interior do Mercado Municipal a fruta, os legumes, o peixe, o pão e a charcutaria. Vão tentar também abrir o café, só que ninguém adere se não abrir todos os dias. Mas para abrir todos os dias têm que criar condições, pois não tem wc's. entretanto, o café tem a vantagem de abertura possível para a Praça e, nesse sentido, têm que promover a alteração e vão tentar fazê-lo. Afirmou que já têm o registo do imóvel. Relativamente aos equipamentos, referiu que a questão tem a ver com o Caderno de Encargos. Depararam-se com a falta de equipamento e, segundo o gerente da Empresa promotora, havia sido acordado com o ex-Presidente da Câmara Municipal o corte dos equipamentos com o propósito da redução da verba. Assim e estando plenamente cumprido o Caderno de Encargos, cabe à Câmara Municipal colocar

os equipamentos. Em relação à levedura do vinho loureiro, informou que se trata de um projeto encetado com a Universidade do Minho e com a Associação Industrial do Minho. Porém, é feito em Vila Verde com a Professora Isabel e em colaboração com o Professor José Teixeira, ambos docentes na Universidade do Minho. O atual Quadro Comunitário é muito mais exigente, com ideias e conceitos muito mais rígidos. As candidaturas terão de ser muito bem sustentadas e terão aferições e avaliações intermédias de execução do projeto. Se não for cumprido o dinheiro terá de ser devolvido. O que se pretende com este Quadro Comunitário é que cada Município faça uma previsão do que é efetivamente necessário. A intervenção na EB2,3 é a sua luta, a exemplo do ex-Presidente da Câmara Municipal, mas confronta-se com a vontade da União Europeia de não contribuir com mais dinheiro para os edifícios escolares. Gastou-se dinheiro a mais no anterior QREN. Porém, atribuíram trezentos milhões para todo o país, destinando-se cento e quarenta e nove milhões para a Região Norte. Já foi pedido ao Município o mapeamento das escolas onde as intervenções são feitas. A Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte (CCDR-N) quer impor a requalificação da Escola Secundária, mas não aceita tal, pois não é um edifício da propriedade do Município. Sendo um edifício do Estado o Município não tem que gastar lá dinheiro. Estão em negociações implicando o triângulo composto pela Autarquia, pela CCDR-N e pela DGEste, por forma a tentarem resolver o problema. O projecto anteriormente elaborado tem que ser adaptado à presente realidade, pois há menos alunos. Entretanto, questiona se Amares com a evolução da natalidade precisará das duas Escolas e se uma não poderá suportar tudo? Entende que se trata de uma questão melindrosa, mas gostava que refletissem um pouco. Vão tentar requalificar a EB2,3 mas não com a amplitude do projeto inicial, pois, de seis milhões, já foram feitos ajustamentos que importam um custo previsional de quatro milhões e tem a impressão que não há dinheiro para esse valor. Porém, é um trabalho que também envolve a CIM- Cávado. Entretanto, mantém a sua determinação na luta pela intervenção necessária, pois é lá professor e sabe que é uma resposta aos problemas sentidos por toda a Comunidade Educativa. A prioridade nesta Quadro Comunitário é a água e o saneamento. A colocação do novo tapete entre a Ponte do Bico e Ferreiros não se executará enquanto não alterar a conduta da água, que comportará um esforço de seiscentos mil euros. É uma obra que carece de Fundos Estruturais. A requalificação da Praça do Comércio é um objetivo deste Executivo e já tiveram uma reunião com a População. Há verbas nesse sentido e vão continuar a atentar a prossecução desse objetivo. Lembrando ainda o Monte de S. Pedro Fins, recordou que ainda estão na fase de ajustamento. Entretanto, pretende submeter este assunto ao Executivo Camarário e também a esta Assembleia Municipal, pois o crescimento do Concelho não pode assentar só na mão e na cabeça do Presidente da Câmara Municipal. Assim e estando aberto a sugestões, entende que os Órgãos Municipais deverão pronunciar-se para a consecução do grande objetivo que é dignificar a qualidade de vida dos Amarenses. Sobre o que têm feito no turismo, criação de empresas e emprego, esclareceu que têm feito tudo, nomeadamente levando longe o nome de Amares e promovendo o vinho e a laranja do Concelho. Já têm alguns reflexos que poderão ser visíveis ou não, mas têm feito tudo nesse sentido. Quanto à fixação de empresas, informou que tem sido

abordado por empresários que cá vêm, mas há o problema de falta de um espaço municipal. Há essa limitação. Não chegam as sugestões que dá, nomeadamente as instalações da antiga Radal e da Calida. Os preços são exorbitantes. No entanto, vão constatando a fixação de uma ou outra empresa. Pelo emprego, informou que têm feito algumas coisas, nomeadamente com a criação do Gabinete do Empreendedor que apoia na criação do emprego e o curso de costureiras que decorre em parceria com o IEFP. Trabalham num contexto muito difícil e é preciso trabalhar, pois os jovens e menos jovens emigram todos. É um drama e uma luta de todos. O que o deixa mais frustrado é sentir-se impotente aos pedidos de ajuda dos Jovens que se deslocam ao seu Gabinete. Sobre o problema levantado em torno do “Amares TT” e apesar de haver duas versões de apreciação sobre o evento, esclareceu que foi entregue à organização o regulamento a observar para o efeito. Os promotores do evento foram informados da necessidade de falarem com o sr. Presidente da Junta de Freguesia onde passasse a prova e têm quinze dias para repor o que estragaram e vão ter de cumprir. As regras foram criadas e comunicadas por escrito. Foi-lhes dito que o Sr. Presidente de Junta mediaria junto dos proprietários para facilitar as negociações. Se não o fizeram, então, está mal. Reiterou que foi acordado com os feirantes a abertura do Mercado Municipal no dia treze de maio e a vontade do Executivo é que a abertura seja diária, de terça-feira a sábado. O Executivo decidiu que até ao próximo mês de agosto ninguém paga nada, servindo de incentivo para a sua abertura. Desconhecendo as questões colocadas pela Sra. Deputada da CDU ao Sr. Ministro da Educação sobre a Escola Secundária, esclareceu que não poderia prestar quaisquer esclarecimentos. -----

----- Foi pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia submetido à votação do Plenário o agendamento de dois novos Pontos na Ordem do Dia, nomeadamente com fundamento no carácter de urgência, sendo: **MOÇÃO: REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E NÃO JUSTIFICADO DOS DECISORES PÚBLICOS, PARA O COMBATE EFICAZ À CORRUPÇÃO; PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO SITA EM NEVES – REDUFE, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/1982, TITULADO A FAVOR DE JOSÉ GONÇALVES LEITE (Deliberação da C.M. de 2014-05-26).** -----

Postos à votação e na forma de braço no ar, foram aprovados, por unanimidade, os seus agendamentos na Ordem do Dia como: **PONTO 11 – MOÇÃO: REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E NÃO JUSTIFICADO DOS DECISORES PÚBLICOS, PARA O COMBATE EFICAZ À CORRUPÇÃO** e **PONTO 12 – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO SITA EM NEVES – REDUFE, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/1982, TITULADO A FAVOR DE JOSÉ GONÇALVES LEITE (Deliberação da C.M. de 2014-05-26).** -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM – RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO MINHO, TENDO EM CONTA A SUA TRANSFORMAÇÃO AUTOMÁTICA, POR FORÇA DO ARTIGO 38.º, N.º 4, DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO, EM ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/09);-----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

VOTAÇÃO DO PONTO UM:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO MINHO, TENDO EM CONTA A SUA TRANSFORMAÇÃO AUTOMÁTICA, POR FORÇA DO ARTIGO 38.º, N.º 4, DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO, EM ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/09).-----

PONTO DOIS:- PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO 2014 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/30);-----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA (PSD):-** Referiu que o documento de prestação de contas em apreciação relativo ao ano de 2014 é o primeiro da inteira responsabilidade deste Executivo. Sobre esta reflexão do PSD divide-se em aspetos de natureza mais positiva e outros mais negativos. Começando pelos mais positivos, salientou que globalmente o rácio da receita e despesa entre a execução e orçamento tem vindo a convergir, tendo ficado em dois mil e catorze na ordem dos 90%, quando no ano anterior ficou em cerca de 85%. Por um lado, esta aproximação pode demonstrar maior rigor e realismo na elaboração do orçamento, mas por outro lado, também pode denunciar falta de audácia ou até alguma ambição por parte do Executivo. O segundo ponto tem a ver com o aumento da receita corrente em cerca de trezentos e quarenta e três mil euros em relação ao ano de dois mil e treze. Sendo este aspeto positivo, é pena que tenha sido com base fundamentalmente numa maior arrecadação de impostos diretos como é o caso do IMI e do IUC. Tal facto revela que, na prática, são os amarenses que estão a contribuir de forma direta para esta subida de receita. A estrutura de dívida do Município em dois mil e catorze representa uma redução de 15,6% em relação a dois mil e treze, o que também é para o PSD um aspeto positivo. Os aspetos menos positivos, são a existência de uma tendência preocupante na redução acentuada da receita de capital, o rácio entre a receita de capital executada e orçada que é de 41%, o que revela falta de concretização. Por outro lado, a execução da receita de capital teve uma redução na ordem de 32% em relação a dois mil e treze; Queda acentuada do investimento em dois mil e catorze, que, comparativamente a dois mil e treze, reduziu em cerca de 50%. Situação que deriva naturalmente pela baixa execução de receita de capital. Por outro lado, o aumento de despesas como é o caso dos gastos de equipamento informático e *software* que passaram de cerca de vinte dois mil euros por ano para noventa e três mil euros. Questionaram o Executivo sobre a motivação para este aumento. Em resumo, o documento de prestação de contas do ano de dois mil e catorze diz-lhes essencialmente

duas coisas: receita de capital em queda livre e travão a fundo no investimento. Enfatizou que a gestão autárquica não pode esgotar-se na lógica do subsídio e presenças em eventos. É necessário fazer o trabalho de casa, projetar o futuro e adoptar as ferramentas e meios que permitam um maior investimento, tendo em vista o desenvolvimento económico do nosso Concelho. O PSD entende que este documento traduz a execução das opções políticas deste Executivo do PS e não as do PSD, pelo que a posição seria a da abstenção. -----

----- **JOÃO LUÍS VELOSO ALVES ESTEVES (MIAP):-** Começou por chamar a atenção para a natureza do documento agora em avaliação que, analisado por quem não tem formação na área contabilística, se torna de bastante difícil apreciação. Debruçando-se sobre o seu conteúdo, tentariam tocar alguns pontos que lhes parecem pertinentes e para os quais gostariam de chamar a atenção. 1- Reconhece o equilíbrio das Contas e estabilidade financeira do Município no seguimento daquilo que vinham sendo os documentos de prestação de contas dos anos anteriores. Este documento peca pela baixa percentagem de execução orçamental na medida em que, estando o Executivo Camarário numa fase em que não existe Quadro Comunitário, entendem que essa percentagem deveria rondar os 100%. A falta de investimento que este documento demonstra também é patente e, assim, torna-se muito difícil haver crescimento. Prova disso é liquidação da conta caucionada que na opinião do MIAP era evitável, pois, numa fase em que não existe Quadro Comunitário, essa conta poderia ter sido utilizada para investir o valor nela existente e que rondava os quinhentos mil euros. Outra questão pertinente e que salta à vista neste documento é a da Habitação Condigna, onde inicialmente se tinham previstos oitenta mil euros para a intervenção em habitações degradadas de famílias carenciadas, em Dezembro do ano transato foi do conhecimento público o investimento de vinte e cinco mil euros na recuperação das casas degradadas. Por último e reconhecendo o esforço da autarquia em ajudar os jovens do concelho de Amares, o MIAP entende que se deveria repensar a política do Município de apoio ao emprego e aos jovens amarenses. Deixam a sugestão de que os Estágios Profissionais sejam prioritariamente promovidos em empresas com possibilidade de dar continuidade a esses mesmos estágios e em que a Câmara suportasse de igual forma as bolsas de estágio. Preocupa-os o facto de se estar a fazer um grande esforço durante um ano nas autarquias e, à posteriori, o jovem estagiário não tenha continuidade de exercício nas funções. Concluindo, reiteram o destaque à estabilidade financeira com 92% da dívida a ser de longo prazo, o que permite ao Executivo ter as condições necessárias para apurar uma maior visão estratégica para o Concelho. Pelos motivos elencados o sentido de voto do MIAP será o da abstenção. -----

----- **PAULA FILOMENA FERREIRA DA SILVA (PS):-** Salientou que os documentos de prestação de contas são instrumentos fundamentais de aferição da qualidade de gestão municipal através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e de eficácia da afetação de recursos aos objetivos realizados. O Relatório do ano em apreço, evidencia a gestão do Executivo do Município de Amares no ano de dois mil e catorze, o segundo exercício do mandato de 2013-2017. Uma gestão rigorosa, responsável e transparente, que se traduziu no ano em análise numa taxa de execução da receita de 90,2%, numa taxa de execução da despesa de 80,8% e de uma

redução de 15,6% da dívida de curto, médio e longo prazo relativamente ao ano de dois mil. Fazendo uma análise comparativa dos períodos compreendidos entre um de janeiro de dois mil e doze e trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, disse poderem concluir que as taxas de execução da receita e da despesa têm aumentado de ano para ano, atingindo no ano de dois mil e catorze, o primeiro ano cuja gestão foi da inteira responsabilidade deste Executivo, as melhores taxas. Estes resultados permitiram uma vez mais o cumprimento do disposto no artigo 56.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais. É de salientar ainda que apesar de durante este exercício a receita de capital ter apresentado uma redução relativamente ao ano de dois mil e treze, de aproximadamente de um milhão trezentos e onze mil e quarenta e sete euros, é justificada por fatores externos, nomeadamente o fecho de quadros comunitários e pela não concretização da venda de um terreno. Este Executivo fruto da poupança da receita corrente, cerca de dois milhões trezentos e noventa e seis mil cento e setenta e quatro euros, aplicou em investimentos de capital de três milhões quinhentos e setenta e oito mil cento e quarenta e dois euros. É ainda de louvar o trabalho que este Executivo tem vindo a desenvolver no sentido de reduzir a dívida de curto, médio e longo prazo, que se concretizou numa diminuição, como já foi dito, de 15,6% relativamente ao ano de dois mil e treze, devolvendo a este Município a sua credibilidade financeira. No que se refere à análise do mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, constata-se que dos dois milhões duzentos e vinte seis mil setecentos e oitenta e oito euros investidos no ano de dois mil e catorze, novecentos e vinte e cinco mil quinhentos e sessenta e cinco euros foram canalizados para as funções sociais, onde se enquadram as rubricas de educação, segurança e ações sociais, habitação e serviços coletivos, serviços culturais, recreativos e religiosos, o que lhes demonstra, uma vez mais, a principal preocupação deste Executivo - as pessoas e a valorização do Concelho. Convém ainda referir que a certificação legal das contas do ano de dois mil e catorze pela empresa ACM – Sociedade Revisores de Contas, vem reforçar a confiança que podem e devem depositar nas contas do ano de dois mil e catorze, responsabilidade deste Executivo. O que revela, uma vez mais, o trabalho sério, honesto e determinado que tem vindo a desenvolver.-----

----- **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS-PP):**- Não pretendendo aprofundar os elementos presentes na apresentação de contas, porque, em síntese, há um compromisso ou pelo menos uma estratégia deliberada deste Município e deste Executivo, que passa pelo equilíbrio das Contas e pela redução da dívida. Aquilo que perceberam é que houve efetivamente uma redução, portanto estão a seguir o caminho a que se propuseram. É evidente e é importante para o CDS-PP no que nesta matéria respeita, que jamais algum Município conseguirá sobreviver se não tiver as suas contas efetivamente equilibradas, em dia e com capacidade de se poder evoluir no futuro. Não quer dizer que concordam totalmente com a estratégia. Não concordam também que se pare qualquer concelho seja durante dois, três anos, quatro ou oito anos, pois significa muito em termos de resultados. Significa aquilo que já abordaram que é a emigração, porque não há empresas e não há emprego. Significa que se não há pessoas e não há empresas, também não há

receitas e, portanto, é aqui um ciclo vicioso sobre o qual a maior parte dos municípios se tenta libertar. A questão é como? E é a questão que está em cima da mesa e, por isso, diz que o CDS aqui, em algumas coisas, vai discordando. É evidente que o investimento é preciso, pois investimento não é gasto. Gasto é fazer obra que, embora seja importante e muitas vezes é indiscutível, que não traz retorno. Investimento tem que trazer retorno. Quando, de facto, se gasta sob a forma de investimento, significa que se vai criar empresas, que se vai criar emprego e que se vai criar atratividade. E isto vai efetivamente trazer retorno também para o espaço municipal. É evidente que hoje não é possível sem o Quadro Comunitário, mas a Europa também já disse uma coisa e bem, do ponto de vista do CDS, olhando fora de Amares: o que é preciso hoje é emprego e empresas, não precisamos que o poder público gaste mais em coisas que considere importantes. Por isso, dizem que esta parte do investimento é importante. Era importante também não descora a manutenção do equilíbrio, mas ainda assim, canalizando alguns pontos para a questão do investimento e estando muito atentos a este Quadro Comunitário que é muito exigente. Significa também uma secção muito grande para muitos municípios e não gostava que Amares fosse um desses Municípios que, durante este espaço, não conseguisse de facto atrair alguma receita sobre este ponto de vista. Portanto e se isto vai-lhes equilibrar muito as coisas, por muito boa vontade que tenham em Caires, em Bouro, em Barreiros, em Ferreiros e em Amares, nada disto será possível se de facto não for muito bem sustentado. Fica a questão, como é que ligamos o interesse municipal àquilo que é pretendido, isto é, fundamentalmente com as empresas e com o emprego, porque só para aí é que a maior parte dos fundos comunitários estão orientados. Referiu que, sob o seu ponto de vista, muito bem. É um desafio muito grande para este Executivo e para todos os outros em conseguirem de facto ser inovadores e estar à frente de muitos outros. -----

VOTAÇÃO DO PONTO DOIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM DEZASSEIS ABSTENÇÕES, APROVAR OS DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO 2014 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/30).

PONTO TRÊS:- PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL – ANO 2015 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/30); -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL – ANO 2015 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/03/30).-----

PONTO QUATRO:- PARA CONHECIMENTO - PARECER N.º 1768975 EMITIDO PELA CCDR-N SOBRE O PROC. 2014.12.09.4953 - REPOSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO – DIRIGENTE. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor da documentação disponibilizada sobre o assunto em apreço.-----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA (PSD)**:- Sobre esta matéria o PSD pretendia apenas deixar algumas notas e algumas referências. É fundamental que o Executivo garanta equidade de tratamento junto de todos os colaboradores do Município. Compete ao Executivo do município a defesa do erário público sem nunca colocar em causa o respeito pelos direitos dos trabalhadores. Têm a informação que este assunto será encaminhado para o Tribunal Administrativo e entendem ser a melhor forma de o resolver, na medida em que esta entidade reúne as competências necessárias para resolver definitivamente esta situação com total respeito pelos interesses de todas as partes. Concluiu dizendo que uma das competências desta Assembleia é fiscalizar o exercício do Executivo. Aliás é uma conquista de Abril e para tal, é fundamental ter acesso a toda a informação que se entenda ser relevante. Acreditam ser esse o entendimento do Executivo, quer no passado, quer no presente e quer no futuro. -----

PONTO CINCO – PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO QUE ESTUDE E DESENVOLVA UM PROJETO PARA A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO CONCELHO DE AMARES - MIAP; PROPOSTA: “A Assembleia Municipal enquanto órgão representativo da população Amarense, deve procurar debater assuntos que respondam às suas preocupações. No presente, temos constatado que uma dessas preocupações prende-se com a falta de respostas para com os direitos dos animais em geral e, em particular, com os animais abandonados do nosso concelho. Atualmente, não temos no concelho uma resposta adequada que possa trabalhar em prol dos direitos dos animais, existindo apenas as situações salvaguardadas por lei. A própria autarquia tem limitações nesta defesa dos animais e poucas respostas para estes casos. Assim, gostaríamos de lançar o repto aos vários grupos municipais para a criação de um Grupo de trabalho, que terá como principal objetivo iniciar o debate sobre estas questões, procurando envolver igualmente a sociedade civil, devendo, cada Grupo Parlamentar, indicar o seu interlocutor/representante. Pensamos se importante iniciar este debate e esperamos que possamos caminhar para encontrar soluções concretas e concertadas no que diz respeito aos direitos dos animais em Amares. A título de exemplo, gostaríamos de um dia ver nascer respostas dirigidas aos animais abandonados e quem sabe no futuro, poderá existir em Amares uma Associação ou Grupo que desenvolva um canil de adoção, à semelhança do que já acontece noutros concelhos. Aqui sabemos ser importante o envolvimento da sociedade civil e o apoio da autarquia, para a qual lançamos desde já esta ideia.” -----

----- **SOFIA AMÉLIA ARAÚJO PINTO (MIAP)**:- Procedeu à leitura em voz alta da proposta acabada de transcrever, a fim de permitir aos vários grupos municipais inteirarem-se do seu teor e sentido.-----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOURO (STª MARIA)**:- Felicitou a iniciativa do MIAP por relançar a ideia da possível criação de um canil no Município de Amares. De facto este é um problema grave e tem toda a consciência que são imensos os problemas que de facto tocam o Município. Este também é um problema que está muito associado às dificuldades económicas que as pessoas e as famílias e todos os presentes vão enfrentando. Dai o aumento

impressionante e exponencial de abandono no que respeita a animais domésticos. Isso acaba por causar imensos problemas e danos. Deu exemplo do lixo que se vê por vezes espalhado e sabem que o Município tem uma despesa imensa com a recolha dessas situações. Salientou que esta preocupação já foi levantada pela sua Freguesia com a apresentação informal de um projeto nesta área específica e que visa essencialmente não só recolher esses animais, mas também dignificá-los dando-lhes posteriormente uma utilidade pública e não pública. -----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA (PSD):-** É com satisfação que o grupo Municipal do PSD se associa a esta iniciativa do MIAP, pois entendem ser uma causa justa, importante, oportuna e que, pela sua relevância, merece todo o apoio. Votarão, por isso, favoravelmente acreditando na aprovação desta proposta. Avançam desde já o nome da pessoa do PSD para integrar este grupo de trabalho que, pela sua formação, acreditam ser uma mais-valia sobretudo em matéria de natureza mais jurídica que será a Elisabete Macedo. -----

VOTAÇÃO DO PONTO CINCO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO QUE ESTUDE E DESENVOLVA UM PROJETO PARA A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO CONCELHO, com a seguinte composição: **Elisabete Barbosa da Cunha**, pelo PS, **Elisabete Maria Martins de Macedo**, pelo PSD, **Sofia Amélia Araújo Pinto**, pelo MIAP, **Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro**, pelo CDS_PP e o cidadão **Bruno Alexandre Ferreirinha Antunes Marques**, pela CDU. ----

PONTO SEIS – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO NEGOCIADOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIAS DE BOURO ST^a. MARIA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALDELAS, SEQUEIROS E PARANHOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO (MIAP):-** Relativamente a todos os acordos de execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Freguesias, concretamente os acordos de execução em apreço (Bouro (St^a Maria) e da união de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos), continuam a pensar que os critérios adotados para a atribuição dos recursos técnicos, humanos e financeiros a cada uma das Juntas de Freguesia não são claros. Entendem que os acordos a celebrar não têm que ser iguais, mas devem ser transparentes e equilibrados e equitativos, por forma a evitar o desenvolvimento desigual de Freguesias e aumentarem ainda mais as assimetrias verificadas entre as Freguesias do Concelho. Reiteram ainda a discordância do MIAP em relação à redação da cláusula dos acordos de execução que prevê a redução de meios financeiros a transferir. Citou: “só podendo ser reduzida no máximo de 5% se as circunstâncias concretas o exigirem, designadamente no caso de serem reduzidas as transferências do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Município.” Entendem que a redação encontrada não blinda a redução até 5% da verba a transferir para as Freguesias exclusivamente pela via da redução das transferências do OGE. Pelo exposto e por que se mantêm os motivos, o MIAP voltaria a abster-se na votação deste ponto da Ordem do Dia. -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOURO (ST^a MARIA):-** Disse congratular-

se com o desfecho deste capítulo no que diz respeito aos acordos de execução. Principalmente no que diz respeito à Freguesia de Bouro (Stª Maria). Congratula-se, assim, pela capacidade e pelo esforço em alcançar um entendimento consensual, embora razoável, e queria especificar que, no seguimento do problema que levantou na última Assembleia, parecia-lhe, com todo o respeito e por uma questão de transparência, que deveria ser valorizada esta situação. Agradeceu à Câmara Municipal o esforço que permitiu alcançar este acordo e agradeceu à Junta de Freguesia de Caires a realização desta Assembleia Municipal de forma descentralizada. Entende ser da máxima importância a realização de outras Assembleias tal como esta, manifestando a disponibilidade da Junta de Freguesia de Santa Maria de Bouro nesse sentido e favorecer assim uma exploração mais específica do Concelho na sua totalidade, nomeadamente no que respeita a zona mais a Norte. ---

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Esclareceu que o convite à realização de uma sessão da Assembleia Municipal na Freguesia de Santa Maria de Bouro será acolhido com bom grado, Entretanto, informou que a próxima sessão da Assembleia Municipal realizar-se-á no antigo refeitório do Mosteiro de Santo André de Rendufe, Freguesia de Rendufe. -----

VOTAÇÃO DO PONTO SEIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM DOZE ABSTENÇÕES, AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO NEGOCIADOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIAS DE BOURO STª. MARIA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALDELAS, SEQUEIROS E PARANHOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

PONTO SETE – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO NÍVEL DA HABITAÇÃO E ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

VOTAÇÃO DO PONTO SETE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO NÍVEL DA HABITAÇÃO E ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

PONTO OITO – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO E DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13);-----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

VOTAÇÃO DO PONTO OITO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO E DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

PONTO NOVE – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVATIVO MUNICIPAL DAS PARCELAS DE TERRENO ONDE SE ENCONTRAM EDIFICADAS A SEDE DA ATUAL UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO, EM FIGUEIREDO, E DA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE FIGUEIREDO (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NOVE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVATIVO MUNICIPAL DAS PARCELAS DE TERRENO ONDE SE ENCONTRAM EDIFICADAS A SEDE DA ATUAL UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO, EM FIGUEIREDO, E DA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE FIGUEIREDO (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2015/04/13). -----

PONTO 10 – INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE (CFR. AL. B), DO ARTº 4.º, DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE). -----

----- Foi comunicada, por escrito, à Mesa da Assembleia Municipal a designação dos seguintes membros: **Valéria da Silva**, pelo PS, **João Luís Veloso Alves Esteves**, pelo MIAP, **Martinho Gonçalves Antunes Braga**, pelo PSD, **Vitor Patrício Rodrigues Ribeiro**, pelo CDS-PP e **Amândio Jorge da Cunha Antunes**, pela CDU.” -----

PONTO ONZE – MOÇÃO: REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E NÃO JUSTIFICADO DOS DECISORES PÚBLICOS, PARA O COMBATE EFICAZ À CORRUPÇÃO; MOÇÃO: “A Assembleia Municipal de Amares reunida em sessão ordinária, no dia 24 de abril de 2015, entende que: 1- O combate eficaz à corrupção deve ser uma prioridade, um desígnio nacional. A corrupção tem de ser prevenida, investigada, combatida e punida, devendo ser reforçados os meios de investigação de acordo com as necessidades. 2- Deverá ser dada prioridade absoluta ao processo em curso de aprovação da legislação sobre a criminalização sobre a criminalização do enriquecimento ilícito e não justificado. 3- É uma obrigação ética e de cidadania a aprovação de legislação que responsabilize civil e criminalmente os decisores públicos, que assumam compromissos ruinosos para o Interesse Público, em proveito próprio e de terceiros. 4- Deverá ser feita uma revisão criteriosa da legislação, que permita uma separação clara entre a política e os interesses económico-financeiros, com o registo claro dos grupos de interesse e de pressão.” -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:- Esclareceu que esta Moção chegou da Assembleia Municipal de Viseu e foi considerada, na conferência dos representantes dos grupos municipais com assento nesta Assembleia, a sua colocação a discussão e votação da Assembleia Municipal e poderia ter sido tratada de outra forma. -----

VOTAÇÃO DO PONTO ONZE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO PARA A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E NÃO JUSTIFICADO DOS DECISORES PÚBLICOS, PARA O COMBATE EFICAZ À CORRUPÇÃO ACABADA DE TRANSCREVER. -----

PONTO DOZE - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO SITA EM NEVES – RENDUFE, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/1982, TITULADO A FAVOR DE JOSÉ GONÇALVES LEITE (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2014-05-26); -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----
VOTAÇÃO DO PONTO DOZE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO SITA EM NEVES – RENDUFE, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/1982, TITULADO A FAVOR DE JOSÉ GONÇALVES LEITE (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 2014-05-26). -----

PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----
----- Seguidamente, pelo excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que a ata da presente reunião fosse aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. A Assembleia deliberou, por unanimidade, a sua aprovação.-----

----- Sendo vinte e três horas e um minuto e não havendo mais nada a tratar, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a presente reunião (única), da segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Amares, da qual se lavrou a presente Minuta da Ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, [João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros](#), que dirigiu os trabalhos, e por mim, [Rui Agostinho Gonçalves Veloso](#), Técnico Superior do Mapa de Pessoal único deste Município, para tal efeito designado, que a redigi e dou fé de que tudo se passou como nela fica exarado. -----

Presidente da Assembleia Municipal
(João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros)

O Técnico Superior
(Rui Agostinho Gonçalves Veloso)